



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE RONDINHA

LEI MUNICIPAL Nº 3.508, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

“CONVALIDA OS PAGAMENTOS EFETUADOS AOS CONSELHEIROS TUTELARES NOS EXERCÍCIOS DE 2023, 2024 E 2025 E ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.883, DE 05 DE MAIO DE 2015, PARA INSTITUIR O ART. 17-A, FIXANDO A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026.”

EZEQUIEL PASQUETTI, Prefeito Municipal de Rondinha, Estado do Rio Grande do Sul

FAÇO SABER, em cumprimento ao dispositivo no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Ficam convalidados os pagamentos efetuados pelo Município de Rondinha-RS aos membros do Conselho Tutelar, nos exercícios financeiros de 2023, 2024 e 2025, nos valores praticados de:

I – R\$ 1.696,00 (mil seiscentos e noventa e seis reais) no exercício de 2023;

II – R\$ 1.791,32 (mil setecentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) no exercício de 2024;

III – R\$ 1.925,67 (mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos) no exercício de 2025.

§1º A convalidação prevista no caput abrange a totalidade dos efeitos financeiros e administrativos decorrentes dos pagamentos realizados, vedada qualquer repetição de indébito ou responsabilização funcional;

§2º A medida ora prevista não caracteriza criação retroativa de despesa, limitando-se a reconhecer e regularizar os pagamentos feitos de boa-fé pela Administração e recebidos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE RONDINHA

de boa-fé pelos conselheiros tutelares, nos termos dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção da confiança.

Art. 2º Fica incluído o art. 17-A na Lei Municipal nº 2.883, de 05 de maio de 2015, com a seguinte redação:

Art. 17-A. A partir de 1º de janeiro de 2026, a remuneração mensal dos membros titulares do Conselho Tutelar do Município de Rondinha-RS será de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Art. 3º Os Conselheiros Tutelares suplentes farão jus à remuneração proporcional aos dias de convocação e efetivo exercício, conforme disposto na legislação municipal específica.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros quanto ao art. 2º a partir de 1º de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDINHA, EM DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.


EZEQUIEL PASQUETTI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra


CLOVIS PAULO MICHIELIN
Secretário Municipal de Administração